
PARTE 1

O DESAFIO DA INTERSECCIONALIDADE

GÊNERO, RAÇA E CLASSE

As controvérsias sobre o paradigma interseccional

Helena Hirata

GÊNERO, TRABALHO E INTERSECCIONALIDADE

Para apreendermos as contribuições das teorias da interseccionalidade à análise das relações entre gênero e trabalho, partimos de uma definição simples dessa categoria analítica, que se tornou também uma problemática de pesquisa. Entendemos interseccionalidade (ou consubstancialidade) na forma de *interdependência* das relações sociais de gênero, de raça e de classe como relações de poder. Essa definição de interseccionalidade como imbricação de relações sociais é próxima da definição de interseccionalidade de Patricia Hill Collins¹ ou da definição de consubstancialidade de Danièle Kergoat.²

As teorias da interseccionalidade (ou consubstancialidade) *recusam a hierarquização* em termos de preeminência de uma das dimensões sobre as outras, por exemplo, preeminência da classe sobre o gênero.

A não hierarquização dos diferentes aspectos da opressão se situa em oposição às categorias de contradição “principal” e “secundária”, “infraestrutura” e “superestrutura” do marxismo ortodoxo. A afirmação dessa *não hierarquização* e a afirmação da *imbricação das diferentes relações*

¹ Collins (2000).

² Kergoat (2009).

de poder torna possível a utilização da “interseccionalidade” ou de “constancialidade” como sinônimos.

Convergindo com essas teorias da interseccionalidade, os enfoques dos feminismos materialistas colocam em questão a preeminência da classe social sobre o gênero ou a raça, pois também recusam a hierarquização que, nos enfoques marxistas tradicionais, colocam a classe social como determinação em última instância. A especificidade dessa corrente em relação às outras teorias feministas (diferencialistas, culturalistas etc.) é que para ela o *trabalho é central* em sua materialidade e como prática social. A *divisão sexual do trabalho* profissional e doméstico, subjacente à divisão sexual do poder e do saber, é também um conceito central para o feminismo materialista. Enfim, para Danièle Kergoat, o feminismo materialista postula a indissociabilidade, na análise teórica e na prática social, do trabalho e da exploração, da dominação e da emancipação.

AS ORIGENS DO PARADIGMA INTERSECCIONAL: O BLACK FEMINISM

Patricia Hill Collins, Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks³ – todas teóricas e militantes negras representantes do *black feminism* –, bem como o movimento Combahee River Collective, afirmam, desde 1981-1982, “a natureza interseccional da opressão das mulheres negras”,⁴ mas é uma jurista negra, Kimberlé Crenshaw,⁵ teórica da interseccionalidade, que utilizou esse conceito a partir do seu objetivo de melhor formular os termos da ação jurídica para defender as mulheres negras contra a discriminação de raça e de sexo.

O caso da General Motors, apresentado por Kimberlé Crenshaw, é um exemplo do interesse de uma perspectiva interseccional. As discriminações de raça e de sexo não eram reconhecidas pela empresa, que dizia recrutar mulheres e negros. O problema é que os negros recrutados pela GM não eram mulheres e as mulheres recrutadas não eram negras.⁶ A GM dissociava a discriminação de gênero e de raça, discriminação que só se tornava visível pela perspectiva interseccional. A teoria de Crenshaw demonstra a *necessidade política* do enfoque interseccional e o *interesse jurídico* em articular sexo e raça.

3 Em seu livro de 1981, bell hooks explica porque prefere a grafia em minúsculo do seu nome, considerando mais importante as ideias e a obra do que a sua própria pessoa enquanto indivíduo que se expressa num nome próprio.

4 Collins (2015, p. 23).

5 Crenshaw (1989, 1994).

6 Id. (2010).

A partir da afirmação da interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, o *black feminism* criticou o feminismo branco, originário das classes médias e heteronormativo. É a partir dessa herança do *black feminism* que a problemática da interseccionalidade foi desenvolvida nos países anglo-saxões, desde o início dos anos 1990, por pesquisadoras britânicas, americanas, canadenses, alemãs e, a partir de 2005, por pesquisadoras/es francesas/es. Kimberlé Crenshaw se interessa sobretudo pelas intersecções entre raça e gênero, trabalhando de maneira periférica ou parcial sobre a dimensão de classe.

CRÍTICA À CATEGORIA DE INTERSECCIONALIDADE

Tal crítica foi feita explicitamente por Danièle Kergoat no segundo congresso da Association Française de Sociologie (AFS) em Bordeaux, em 8 de setembro de 2006 (sob forma de artigo em 2009). Neste artigo ela critica a noção “geométrica” de intersecção.

[...] pensar em termos de cartografia nos conduz a naturalizar as categorias analíticas [...]. Dito de outra forma, a multiplicidade das categorias mascara as relações sociais [...]. [As posições] não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação.⁷

Essa crítica é aprofundada em três pontos na introdução do livro *Se battre, dissent-elles*:

1. A multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, região, etnia, nação etc., e não apenas raça, gênero, classe) conduz a um risco de fragmentação das práticas sociais;
2. Não é certo que todos esses pontos remetam a relações sociais e não seria talvez o caso de colocá-los todos no mesmo plano;
3. Os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como, por exemplo, a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta etc., sem historicizá-las, e, por vezes, não levam em consideração as dimensões materiais da dominação.⁸

⁷ Kergoat ([2009] 2010, p. 98).

⁸ Id. (2012, p. 21-22).

Creio que a controvérsia central se refere ao que chamo “interseccionalidade de geometria variável”. Para Danièle Kergoat, há *três categorias transversais*: gênero, raça e classe.⁹

Para Sirma Bilge,¹⁰ *os grandes eixos da diferenciação social* são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. Há portanto, aqui, uma controvérsia quanto às relações sociais fundamentais, transversais, necessárias (e não contingentes), que se imbricam. Crenshaw, que concede peso fundamental ao sexismo e ao racismo nas experiências das “mulheres de cor”, diz que “fatores [...] como a classe ou a sexualidade contribuem de maneira tão decisiva quanto o sexo ou a raça para estruturar suas experiências”.¹¹

Segundo *os objetos de pesquisa* ou *os contextos*, a geração, a etnicidade, ou a “raça” ou ainda a localidade (segundo escalas diversas) podem constituir variáveis estruturantes centrais. Elas devem então ser articuladas de maneira pertinente. O caso da General Motors, citado acima, é um exemplo do interesse de uma perspectiva interseccional.

O tríptico classe/raça/gênero não cessou, assim, de se estender à análise de *outras relações sociais cujo caráter estruturante*, tanto do lado da formação das identidades quanto da cristalização de antagonismos coletivos, e é hoje amplamente posto em evidência, como mostraram os trabalhos centrados na relação de idade ou de sexualidade.¹² Um bom exemplo é a pesquisa que trata da interdependência entre gênero, classe, raça e nacionalidade, de Amélie le Renard, propondo conjugar interseccionalidade e pós-colonialidade a partir de suas pesquisas sobre gênero e trabalho na Arábia Saudita (Riad e Dubai). Ela postula “o gênero como hierarquia social não autônoma” contra o ponto de vista segundo o qual gênero poderia ser analisado de maneira isolada de outras hierarquias sociais. Segundo Amélie le Renard, o “gênero (é) coformado com outras relações de poder” (classe, raça, estatuto nacional e região do mundo).¹³

Amélie le Renard também constata que os enfoques interseccionais parecem ser mobilizados unicamente quando se trata de estudar pessoas subalternizadas.

9 Id. ([2009] 2010).

10 Bilge (2009).

11 Crenshaw (2005, p. 54).

12 Jaunait e Chauvin (2012).

13 Renard (2018, p. 180).

PARA QUE SERVE A INTERSECCIONALIDADE?

Duas imagens que reduzem o feminismo ao “gênero feminino” e mostram o interesse da crítica e desconstrução do gênero como única categoria explicativa e de ação podem ser apreendidas, uma no suplemento de moda do jornal *Le Monde*, de 8 de março de 2017 (datado de 03/03), onde se vê uma mulher branca, loira, burguesa, vestida por Valentino, Cristian Dior e Giorgio Armani, e outra na capa da revista *Elle*, de 8 de março de 2017 (datada de 03/03), cujo título é “Féminisme, la nouvelle vogue”. Nessa capa aparece uma mulher branca, loira, jovem e descontraída, vestida com jeans Levi’s e camiseta Dior com as palavras “We should all be feminists”. O título do dossiê “Pop, leve, descomplexado... o novo impulso feminista” e o preço do exemplar, 2,20 €, cerca de 10 reais, mostram como essa imagem pode atingir camadas significativas de mulheres na França. A perspectiva interseccional, imbricando ao gênero a classe social e a raça, torna inoperante esta assimilação do feminismo a uma figura de mulher branca e burguesa.

O TRABALHO DE CUIDADO E INTERSECCIONALIDADE

O paradigma interseccional é heurístico para analisar o trabalho de cuidado. Segundo Kergoat, o cuidado, no cruzamento das relações sociais de classe, de sexo e de raça, consiste num dos paradigmas possíveis da consubstancialidade.¹⁴

Nossa pesquisa comparativa Brasil-França-Japão¹⁵ mostra que as cuidadoras são mulheres, de camadas sociais mais modestas, migrantes internas (Brasil) e externas (França). Elas são majoritariamente as mais pobres, as menos qualificadas, de classes subalternas, o que confirma as teses de Joan Tronto,¹⁶ segundo a qual as cuidadoras são frequentemente mulheres pobres, migrantes, e de E. Nakano Glenn,¹⁷ de que as *care workers* são, nos Estados Unidos, mulheres de camadas sociais subalternas, em particular negras e de origem hispânica. A divisão social, sexual e racial no trabalho do *care* aparece claramente a partir da minha pesquisa comparativa. Assim, estão envolvidas, majoritariamente, mulheres de estratos sociais modestos, imigrantes internos (Brasil) ou externos (França).

¹⁴ Kergoat (2009, 2016).

¹⁵ Hirata (2016).

¹⁶ Tronto ([1993] 2009).

¹⁷ Glenn (2010).

As cuidadoras são em sua maioria as mais pobres, as menos qualificadas, de classes subalternas, imigrantes. São, na França, quase 90% mulheres; no Brasil, mais de 95%. No Japão, uma minoria significativa, mais de 35% são homens. Quanto à dimensão étnico-racial, na França, a maior parte dos cuidadores na região parisiense (Ile de France) é de imigrantes, em sua maioria da África Negra e da África do Norte. No caso do Brasil, metade da população das cuidadoras entrevistadas nasceu fora de São Paulo, estado onde realizamos nossa pesquisa nas Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI). Trata-se, portanto, principalmente de imigração interna. Não encontramos nenhum trabalhador imigrante no setor de cuidados às pessoas idosas durante nossa pesquisa de campo. No caso do Japão, embora acordos de cooperação econômica com Indonésia (em 2007) e Filipinas (em 2008) tenham sido concluídos a fim de trazer imigrantes para trabalhar no setor do *care*, essa imigração, dificultada pela legislação japonesa e pela língua, sobretudo escrita, não prosperou. Como diz a socióloga Chizuko Ueno, no caso do Japão, as mulheres são o “equivalente funcional” dos imigrantes e se sujeitam ao mesmo tratamento imposto aos imigrantes estrangeiros nos outros países. Enquanto persistir o uso atual da mão de obra feminina, não se fará necessário, assim, desenvolver o uso da mão de obra migrante estrangeira.¹⁸

Nossa pesquisa vai no mesmo sentido. A diversidade e a heterogeneidade dos perfis dos *care workers* contrastam com o fato de que, nos três países, se trata de um trabalho pouco valorizado, com salários relativamente baixos e com pouco reconhecimento social. Essa igualdade na condição dos *care workers* (apesar das diferenças salariais entre os países, que dependem dos contextos macroeconômico e social), a despeito da desigualdade nos perfis e nas trajetórias, parece poder ser explicada pelo centro de sua atividade, a de cuidado, realizada tradicional e gratuitamente na esfera doméstica e familiar pelas mulheres. Essa hipótese, formulada pelas teorias do gênero e do *care*, parece-nos reforçada pela nossa pesquisa de campo.

A consubstancialidade das relações sociais e suas consequências no trabalho do *care* ficaram claras nos achados dessa pesquisa, que podem ser sintetizados pela ideia sobre o que unifica a população de cuidadores dos três países: no Brasil, trata-se do trabalho informal; na França, da imigração; no Japão, é o desemprego e a crise que levam os homens a exercer essa profissão. O ponto unificador desses trabalhadores e trabalhadoras do *care* é a precarização do seu itinerário profissional. Em cada um dos três países, são os mais vulneráveis que se tornam os provedores do *care*.

¹⁸ Ueno (2013).

É na condição de categoria vulnerável, portanto, que podemos analisar a reação de um homem, cuidador de origem estrangeira, que se revoltou contra o racismo dos idosos residentes em uma instituição francesa pública, que lhe disseram: “O que você está fazendo no meu país? Quando vai embora?”. Ele relata também o caso de um idoso que dizia a um cuidador negro nascido na França, “vá embora para o seu país”, ou o caso de uma idosa que procurou uma estagiária branca para lhe aconselhar: “Não faça esse trabalho, deixe esse trabalho aos ‘outros’”, a mesma idosa que escondia sua caixa de chocolates para oferecer apenas aos cuidadores brancos.

As trabalhadoras domésticas no Brasil realizam também o trabalho de cuidado de crianças, pessoas idosas, doentes e pessoas com deficiência nas casas onde atuam. Louisa Acciari pesquisou o trabalho doméstico, segmento que abarca 6,4 milhões de indivíduos no Brasil, dos quais 93% são mulheres e 61%, negros. Ela mostrou a utilidade do uso do paradigma interseccional na análise de seus achados: “os efeitos do patriarcado, do racismo e do capitalismo são sobrepostos e cumulativos, criando não só a adição de opressões, mas uma forma de opressão específica”.¹⁹

Por exemplo, ele não me deixa beber a água da casa, todo dia eu tenho que levar a minha própria água [...] eu cuido da mãe dele, aí um dia precisava comprar mais papel higiênico, ele foi e, quando voltou, falou pra mim: “Da próxima vez eu compro papel preto pra sua bunda preta!”. A mãe dele sempre me chamava de “aquela preta” [...].

Esse relato mostra a imbricação de gênero, raça e classe, as “matrizes da opressão”, conforme assinala Collins, e ilustra o desejo do patrão de oprimir e humilhar para além da superexploração econômica que exerce no cotidiano. Louisa Acciari postula a necessidade de “transformar elementos de opressão em luta coletiva”.²⁰

¹⁹ Acciari (2016, p. 128).

²⁰ Id. *ibid.*, p. 125.

LUTAS INTERSECCIONAIS

A luta das domésticas no Brasil, ela tem a ver com gênero, raça e classe. Tem ainda um resquício ou um processo histórico do movimento contra a escravidão. Nós, negras, negros, fomos traficados da África pra cá, pro Brasil. [...] tem uma continuação histórica. Fomos ama de leite, mucamas, empregadas... e, hoje, nós dizemos que somos trabalhadoras domésticas e fazemos parte da classe operária brasileira. Creuza, presidente da Federação Nacional de Cultura Afro-Brasileira (FENATRAD), 2001-2011.

A interseccionalidade permite formar alianças entre movimentos e atuar pela plena inclusão das domésticas – ou de qualquer outro grupo marginalizado – no espaço dos movimentos sociais.²¹ Ela pode assim ser vista como uma das formas de combate às opressões múltiplas e imbricadas, e portanto como instrumento de luta política.

É nesse sentido que Patricia Hill Collins²² considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um “projeto de conhecimento” e uma “arma política”. Ela diz respeito às “condições sociais de produção de conhecimentos” e à questão da justiça social.²³ Essa ideia é concretizada por Danièle Kergoat, quando afirma a necessidade de pensar conjuntamente as dominações²⁴ para, justamente, não contribuir para sua reprodução.

Um exemplo paradigmático da interseccionalidade como arma política é a mobilização das arrumadeiras de hotel, que se manifestaram diante do tribunal de Nova York contra a violência de classe, sexista, machista e racista de Dominique Strauss Khan (DSK), à época diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI),²⁵ mostrando a direção da luta contra as opressões imbricadas de gênero, classe e raça no mundo do trabalho.

²¹ Id. *ibid.*

²² Collins e Bilge (2016).

²³ Collins (2015).

²⁴ Kergoat (2012, p. 20).

²⁵ Em 14 de maio de 2011, DSK foi preso, acusado de abuso sexual pela camareira negra de um hotel de Nova York, a africana Nafissatou Diallo, da Guiné. Uma semana depois, ele pagou fiança e foi colocado em prisão domiciliar. Como consequência do escândalo, foi obrigado a renunciar à chefia do FMI e à candidatura à Presidência da França em 2012, para a qual era um dos favoritos. Um mês depois, porém, promotores argumentaram que ela mentiu nos depoimentos e DSK ganhou liberdade condicional. Em 23 de agosto de 2011, a promotoria de Nova York retirou as acusações contra DSK, mas a defesa de Diallo, apoiada por suas colegas camareiras, entrou com outro processo na Justiça, pedindo indenização. Por fim, em novembro de 2012, ambos chegaram a um acordo, de modo a encerrar o caso (nota do editor).

REFERÊNCIAS²⁶

- ACCIARI, L. Foi difícil, mas sempre falo que nós somos guerreiras: o movimento das trabalhadoras domésticas entre a marginalidade e o empoderamento. *Mosaico*, v. 7, n. 11, p. 125-147, 2016.
- BANNERJI, H. Building from Marx: reflections on class and race. *Social Justice*, v. 32, n. 4, 2005.
- BEAL, F. Double jeopardy: to be black and female. In: BAMBARRA, T. C. (ed.). *The black woman: an anthology*. Nova York: Washington Square Press, 1970.
- BIDERMAN, C.; GUIMARÃES, N. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 177-200, maio/ago. 2004.
- BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenes*, v. 1, n. 225, p. 70-88, 2009.
- BILGE, S. De l'analogie à l'articulation: théoriser la différenciation sociale et l'inégalité complexe. *L'Homme et la Société*, n. 2, p. 176-177, 2010.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.
- COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2. ed. Nova York: Routledge, 2000.
- COLLINS, P. H. Toujours courageuses (brave)? Le féminisme noir en tant que projet de justice sociale. In: FALQUET, J.; KIAN, A. (coord.). *Intersectionnalité et colonialité: débats contemporains*. Paris: CEDREF, 2015. (Les Cahiers du CEDREF).
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee River Collective Statement (1978). In: SMITH, B. (org.). *Home girls: a black feminist anthology*. Nova Jérsei: Rutgers University Press, 2008. p. 264-274.
- CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 139-167, 1989.
- CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

26 Estas referências, que servem para aprofundar a pesquisa sobre interseccionalidade, não apresentam apenas as referências citadas diretamente nesse capítulo, mas também aquelas cuja leitura será útil para o estudo da questão.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: FINEMAN, M. A.; MYKITIUK, R. (org.). *The public nature of private violence*. Nova York: Routledge, 1994. p. 93-118.

CRENSHAW, K. W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, K. W. Cartographies des marges: intersectionnalité, politique de l'identité et violences contre les femmes de couleur. *Cahiers du Genre*, n. 39, p. 51-82, 2005.

CRENSHAW, K. W. Beyond entrenchment: race, gender and the new frontiers of (un)equal protection. In: TSUJIMURA, M. (org.). *International perspectives on gender equality & social diversity*. Sendai: Tohoku University Press, 2010.

DAVIS, A. *Women, race and class*. Nova York: Vintage Books, 1981.

DORLIN, E. (org.). *Black feminism: anthologie du féminisme Africain-Américain*, 1975-2000. Paris: l'Harmattan, 2008.

DORLIN, E. L'Atlantique féministe: l'intersectionnalité en débat. *Papeles del CEIC*, CEIC: Universidad del País Vasco, v. 2012/2, n. 83, 2012. Disponível em: <http://www.identidadcolectiva.es/pdf/83.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

DUFFY, M. Reproducing labor inequalities: challenges for feminists conceptualising care at the intersections of gender, race, and class. *Gender and Society*, v. 19, n. 1, p. 66-82, fev. 2005.

FALQUET, J. La règle du jeu: repenser la co-formation des rapports sociaux de sexe, de classe et de race dans la mondialisation néolibérale. In: DORLIN, E. (org.). *Sexe, race, classe: pour une épistémologie de la domination*. Paris: PUF, 2009. p. 71-90.

FASSA, F.; LÉPINARD, E.; ROCA I ESCODA, M. (org.). *L'intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques*. Paris: La Dispute, 2016.

GALERAND, E.; KERGOAT, D. Consubstantialité vs intersectionnalité? A propos de l'imbrication des rapports sociaux. *Nouvelles Pratiques Sociales*, v. 26, n. 2, p. 44-61, 2014.

GLENN, E. N. Cleaning up/kept down: a historical perspective on racial inequality in "women's work". *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1333-1356, jul. 1991.

GLENN, E. N. *Forced to care: coercion and caregiving in America*. Cambridge; Londres: Harvard University Press, 2010.

GUILLAUMIN, C. *Sexe, race et pratique du pouvoir: l'idée de nature*. Paris: Côté Femmes, 2007.

GUIMARÃES, N. A. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, p. 237-266, 2002.

GUIMARÃES, N. A.; BRITTO, M. M. A. Genre, race et trajectoires professionnelles: une comparaison São Paulo et Paris. In: MARUANI, M.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). *Travail et genre: regards croisés France, Europe, Amérique Latine*. Paris: La Découverte, 2008. p. 46-60.

GUIMARÃES, N. A.; BRITTO, M. M. A. Desemprego, padrões de trajetória e segregação em Paris e São Paulo. In: OLIVEIRA COSTA, A. et al. (org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 69-87.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-74, jan./jun. 2014.

HIRATA, H. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 193-202.

HIRATA, H. Divisão internacional do trabalho, precarização e desigualdades interseccionais. *Revista da ABET*, v. 17, n. 1, jan./jun. 2018.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. La classe ouvrière a deux sexes. *Politis: la Revue*, n. 4, p. 55-58, 1993.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe trabalhadora tem dois sexos. *Estudos Feministas*, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1994.

HOOKE, B. *Ain't I a woman? Black women and feminism*. Boston: South End Press, 1981.

JAUNAIT, A.; CHAUVIN, S. Représenter l'intersection: les théories de l'intersectionnalité à l'épreuve des sciences sociales. *Revue Française de Science Politique*, v. 62, n. 1, p. 5-20, 2012.

KERGOAT, D. Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux. In: DORLIN, E. (org.). *Sexe, race, classe: pour une épistémologie de la domination*. Paris: PUF, 2009. p. 111-125. (tradução brasileira em *Novos Estudos CEBRAP*, n. 86, p. 93-103, 2010).

KERGOAT, D. *Se battre, disent-elles...* Paris: La Dispute, 2012. (traduzido parcialmente ao português para: *Lutar, dizem elas...* Recife: SOS Corpo, 2018). Disponível em: https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Lutar_DizemE-las_Ed_SOS_Corpo.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

KERGOAT, D. Le care et l'imbrication des rapports sociaux. In: GUIMARÃES, N. A.; MARUANI, M.; SORJ, B. (org.). *Genre, race, classe: travailler en France et au Brésil*. Paris: l'Harmattan, 2016. p. 39-51. (tradução ao português: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016).

LORDE, A. Age, race, class and sex: women redefining difference. *Copeland Colloquium*, Amherst College, abr. 1980.

MARUANI, M.; SORJ, B. (org.). *Genre, race, classe: travailler en France et au Brésil*. Paris: l'Harmattan, 2016. p. 39-51 (tradução ao português: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. xx-xx).

MCBRIDE, A.; HEBSON, G.; HOLGATE, J. Intersectionality: are we taking enough notice in the field of work and employment relations? *Work, Employment and Society*, v. 29, n. 2, p. 331-341, 2015.

RENARD, A. Travail et genre: approches intersectionnelles et postcoloniales. In: MARUANI, M. (dir.). *Je travaille, donc je suis: perspectives féministes*. Paris: La Découverte, 2018. p. 177-187.

SARDENBERG, C. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*, v. 20, n. 2, p. 56-96, jul./dez. 2015.

TRONTO, J. [1993]. *Un monde vulnérable: pour une politique du care*. Paris: La Découverte, 2009.

UENO, C. The impact of the long-term care insurance on the family care: who cares whom, and where? A Japanese experience 2000-2012. Paris, jun. 2013. p. 13-14. (comunicação ao colóquio internacional THÉORIES ET PRATIQUES DU CARE: COMPARAISONS INTERNATIONALES. MAGE-CRESPPA-GTM, Agir pour le care).

YUVAL-DAVIS, N. Situated intersectionality and social inequality. *Raisons Politiques*, v. 2015/2, n. 58, p. 91-100, 2015.